

A Carreira Médica e os Fatores Determinantes da Saída do Serviço Nacional de Saúde

The Medical Career and the Key Factors Driving the Exodus of Doctors from the National Health Service in Portugal



Marianela FERREIRA^{1,2}, Alexandra LOPES^{3,4}, Miguel GUIMARÃES^{5,6}, Henrique BARROS^{1,7}
Acta Med Port 2018 Sep;31(9):483-488 ▪ <https://doi.org/10.20344/amp.10121>

Estudo desenvolvido no Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto e no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, em colaboração com o Gabinete de Estudos da Secção Regional do Norte da Ordem dos Médicos (SRNOM).

RESUMO

Introdução: Este artigo aborda a temática da organização e gestão da carreira médica em Portugal no quadro do Serviço Nacional de Saúde. Foca, em particular, alguns indicadores de motivação e satisfação profissional.

Material e Métodos: Este artigo resulta de um projeto de investigação mais alargado sobre a organização da carreira médica em Portugal. Foram aplicados inquéritos a médicos especialistas ativos, a realizar o internato de especialidade médica e que já abandonaram o Serviço Nacional de Saúde. A base de sondagem compreende os médicos inscritos na Secção Norte da Ordem dos Médicos.

Resultados: Foram inquiridos 3253 médicos. Os níveis de satisfação dos médicos variam em função da idade, do tipo de ligação ao SNS e associados às expectativas em relação ao futuro profissional.

Discussão: Apesar da estreita ligação com o Serviço Nacional de Saúde, os médicos mais jovens evidenciaram maiores níveis de insatisfação profissional e incerteza em relação ao seu futuro profissional. Ainda que com graus de descontentamento variáveis em função dos grupos considerados, a insatisfação dos profissionais inquiridos é com as condições materiais de exercício da profissão e com as oportunidades de progressão. No plano das relações interpessoais e da formação, a satisfação é elevada. A antecipação da reforma e a transferência para o setor privado são opções que os profissionais equacionam como estratégia para responder à insatisfação profissional.

Conclusão: O estudo demonstra que as configurações atuais de funcionamento do Serviço Nacional de Saúde não diminuem o interesse pelo exercício da medicina, mas sim motivam a procura de condições mais aliciantes e compensatórias no exercício da mesma.

Palavras-chave: Aposentadoria; Medicina Estatal; Médicos; Motivação; Satisfação no Emprego; Setor Privado

ABSTRACT

Introduction: This article addresses the organization and management of medical careers in Portugal within the framework of the National Health Service. It focuses, in particular, on some indicators of motivation and professional satisfaction.

Material and Methods: This article is part of a broader research project on the organization of medical careers in Portugal. It draws on the results of a survey carried out to active medical doctors, residents and those that have already abandoned the National Health Service. The sample was drawn from the database of physicians enrolled in the Northern Section of the Medical Association.

Results: A total of 3253 physicians were surveyed. Physician satisfaction levels vary according to age, type of connection to the National Health Service and are associated with expectations regarding the professional future.

Discussion: Despite the close connection with the National Health Service, younger doctors showed higher levels of professional dissatisfaction and uncertainty regarding their professional future. Although with varying degrees of discontent depending on the groups considered, the dissatisfaction of the professionals interviewed is with the physical conditions of the workplace and with the opportunities for career advancement. At the level of interpersonal relations and training, satisfaction is high. The anticipation of retirement and the transfer to the private sector are options that professionals consider as a strategy to respond to professional dissatisfaction.

Conclusion: The study shows that the current functioning of the National Health Service does not diminish the interest in the practice of medicine, but rather motivates the search for more attractive and rewarding working conditions.

Keywords: Job Satisfaction; Motivation; Physicians; Private Sector; Retirement; State Medicine

INTRODUÇÃO

A necessidade de sustentabilidade financeira do Serviço Nacional de Saúde (SNS), num quadro de contenção financeira e de diminuição do financiamento público, de-

te-se com as crescentes exigências de elevados níveis de qualidade e cobertura na prestação de cuidados de saúde (Simões; Campos, 2014) O agravamento da fragilidade

1. Faculdade de Medicina. Universidade do Porto. Porto, Portugal.

2. Unidade de Investigação em Epidemiologia. Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto. Porto, Portugal.

3. Faculdade de Letras. Universidade do Porto. Porto Portugal.

4. Coordenadora do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Porto, Portugal

5. Bastonário. Ordem dos Médicos. Lisboa, Portugal.

6. Serviço de Urologia. Centro Hospitalar de São João. Porto, Portugal.

7. Presidente. Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto. Porto, Portugal.

✉ Autor correspondente: Marianela Ferreira. marianela.f333@gmail.com

Recebido: 20 de dezembro de 2017 - Aceite: 04 de julho de 2018 | Copyright © Ordem dos Médicos 2018



financeira do SNS, enquadrado num contexto mais amplo de crise económica e insustentabilidade dos sistemas de proteção social nacionais, levou a fortes restrições económicas e criou maior pressão para a redução dos custos de funcionamento da rede pública de cuidados de saúde, nomeadamente dos custos relacionados com os profissionais de saúde. São exemplo o congelamento da progressão na carreira ou a redução no pagamento do trabalho suplementar. Estas medidas, associadas a uma degradação das condições de trabalho e à precarização dos vínculos laborais, tiveram efeitos na desmotivação e insatisfação profissionais dos médicos,¹ sendo plausível supor que possam ter algum efeito indutor de decisões da saída do próprio SNS.

A comunidade académica portuguesa tem demonstrado algum interesse em compreender as razões subjacentes a esta ambivalência, discutindo as mudanças nos mecanismos e estratégias de gestão da carreira médica² nomeadamente o aumento da tendência de saída dos médicos do SNS por reforma e o impacto das barreiras à entrada e progressão na carreira de médicos mais jovens. Partilhamos os argumentos de alguns autores que têm defendido a necessidade de desenvolver estratégias ativas para encorajar e criar condições adequadas para a extensão da atividade profissional dos trabalhadores mais velhos e, por outro lado, criar oportunidades para atrair e manter as gerações mais jovens. Algumas destas estratégias demonstraram que é possível prolongar as carreiras e reter os trabalhadores mais velhos de uma forma que seja satisfatória tanto para os indivíduos como para os empregadores.³ Todos os estudos sobre a prestação de cuidados de saúde e a avaliação dos cuidados de saúde tendem a enfatizar a importância dos médicos mais velhos, da sua experiência e conhecimento na gestão da transição entre as coortes etárias de médicos que não colocam em risco a qualidade dos serviços de saúde.⁴ Apesar do crescente interesse sobre o tema, ainda muito pouco foi analisado sobre as gerações de médicos mais jovens e, de forma mais ampla, sobre os determinantes de saída entre este conjunto de médicos.

Neste artigo discutem-se algumas das dinâmicas de organização e gestão da carreira médica, nomeadamente aquelas que envolvem a saída de profissionais do SNS. São considerados três grandes cenários na base da saída de médicos do SNS: reforma, transferência para o setor privado e emigração. O objetivo principal do estudo é perceber quais as motivações e as razões dos profissionais para a saída do SNS.

MATERIAL E MÉTODOS

Até ao momento este projeto abarcou apenas os médicos da região norte de Portugal que estão inscritos na Secção Regional Norte da Ordem dos Médicos (SRNOM).

O universo do estudo correspondeu ao total de 13 801 médicos inscritos na SRNOM em junho de 2016, o que representava cerca de 27% do total nacional de 50 927 inscritos na Ordem dos Médicos (OM) à data (Fonte: Estatísticas por Distrito 2016, [https://www.ordemdosmedicos.pt/?lop=c](https://www.ordemdosmedicos.pt/?lop=conteudo&op=da4fb5c6e93e74d3df8527599fa62642&id=cf)

040fc71060367913e81ac1eb050aea). Tendo em conta os objetivos da investigação, o universo de médicos foi organizado em três grandes grupos, abordados para participarem no estudo em duas fases distintas, cada uma com uma metodologia própria de recolha de dados. Na primeira fase foram considerados os médicos especialistas ativos a exercer funções no SNS; foram obtidas 1495 respostas válidas, o que corresponde a uma taxa de resposta de 10,8%. A segunda fase abarcou tanto os médicos especialistas que saíram do SNS como os médicos a realizar o internato de especialidade; foram obtidas, respetivamente, 707 e 105 respostas válidas, o que equivale a taxas de resposta de 12,9% e 87,1%.

Nas duas fases a recolha de informação foi feita através de um inquérito por questionário especificamente concebido/adaptado para cada um dos três grupos. Apesar dessas especificidades, globalmente os inquéritos versaram sobre a carreira médica e as expectativas futuras, condições de trabalho e relações profissionais, reconhecimento e valorização de competências e o sistema de salários e incentivos. No caso dos médicos especialistas, que podem estar a exercer ou não no SNS, foram considerados os mesmos cenários de saída: por reforma, antecipada ou não antecipada; por emigração para exercício da medicina no estrangeiro; para trabalhar em exclusivo no setor privado de saúde.

Os inquéritos foram elaborados respeitando todos os princípios éticos e deontológicos aplicáveis. A sua aplicação foi feita através de uma plataforma eletrónica da Universidade do Porto, cumprindo todos os requisitos técnicos para garantir anonimato nas respostas e confidencialidade no arquivo dos dados. O convite para preenchimento do questionário foi enviado pelos serviços da Secção Regional do Norte da Ordem dos Médicos, tendo sido feitos três convites sucessivos com cerca de duas semanas de intervalo em cada uma de duas fases de inquirição. Na primeira fase, entre julho e dezembro de 2016 foi lançado o convite para a comunidade médica em geral, em exercício de funções. Na segunda fase, entre fevereiro e junho de 2017, foi lançado o convite para a comunidade médica já aposentada do SNS. Foram usados questionários equivalentes nas duas fases, embora com adaptações ao nível das referências temporais e ao nível dos tempos verbais no caso do questionário dirigido a aposentados.

Os questionários utilizados organizam-se em quatro ou cinco secções, focando sequencialmente as seguintes temáticas: a carreira médica e as expectativas profissionais; condições de trabalho e relações profissionais; reconhecimento e valorização de competências e o sistema de salários e incentivos; cenários de saída do SNS (por reforma, antecipada ou não antecipada, emigração para exercício da medicina no estrangeiro; trabalho em exclusivo no setor privado de saúde).

RESULTADOS

Médicos especialistas ativos no Serviço Nacional de Saúde

Caracterização socioprofissional

Seguindo a tendência de feminização da profissão médica, mais de metade dos médicos em exercício no SNS que foram inquiridos na primeira fase do estudo eram mulheres (59,5%). A grande maioria dos médicos concluiu uma licenciatura ou um mestrado integrado (87,2%), portanto os graus exigidos para o exercício da medicina de acordo com o modelo educativo em vigor à data da conclusão do grau académico. A parcela de médicos com doutoramento foi residual (5,4%).

O facto de terem sido inquiridos médicos no início e no fim da carreira justifica a grande amplitude etária verificada: 31,0% tinham entre os 31 e os 40 anos e 32,4% entre os 51 e 60 anos. Em consonância com esta distribuição etária, cerca de um terço começou a exercer medicina na década de 1980 e outro terço entre 2001 e 2010.

Tendo por base o definido na Carreira Especial Médica, conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 177/2009, de 14 de agosto, 57,4% dos médicos tinha como qualificação médica o grau de especialista e 40,6% o de consultor; sobre a categoria na carreira, a maioria dividia-se entre a de assistente (44,3%) e de assistente graduado (42,1%). Sobre o tipo de vínculo contratual com o SNS, 61,3% tinham contrato de trabalho em funções públicas e 38,7% um contrato individual de trabalho. Perto de um quinto exercia funções de direção/chefia (22,8%), sobretudo de direção de serviço (41,1%) ou de outras unidades funcionais (29,1%).

Dois terços dos médicos exerciam medicina na área hospitalar (65,2%) e um terço na de medicina geral e familiar (32,3%), tendo as restantes áreas (saúde pública e medicina legal e medicina do trabalho) um peso residual. Esta distribuição por áreas de exercício profissional é reflexo da manutenção da centralidade dos hospitais na organização do SNS, não obstante a recente aposta na rede de cuidados primários.

Ao longo da sua carreira profissional a generalidade dos médicos manteve uma relação próxima ao SNS, na medida em que 86,9% destes indicou sempre ter trabalhado na rede pública de cuidados de saúde. Apesar disso, mais de dois terços não o fazia em regime de dedicação exclusiva (69,1%) e mais de metade acumulava funções no setor privado de saúde (54,4%). Alguns médicos indicaram desenvolver outras atividades além do exercício da medicina, essencialmente de docência (18,8%), investigação (10,4%) e consultadoria (5,5%).

Os médicos que trabalhavam nos serviços de urgência, externa e interna, unidades de cuidados intensivos e unidades de cuidados intermédios faziam-no, sobretudo, em períodos de 12 ou 24 horas (14,2% e 15,3%, respetivamente). Perto de metade dos médicos não trabalhavam naqueles serviços (46,9%).

Dimensões de satisfação profissional

É marcada a insatisfação dos médicos com as jornadas de trabalho prestado no SNS e, relacionado com isto, com a menor disponibilidade de tempo para outras atividades extralaborais. Somadas as percentagens dos médicos que

se manifestaram insatisfeitos ou muito insatisfeitos, 60,5% dos médicos mostraram o seu descontentamento com o número de horas trabalhadas e 74,1% com o tempo disponível para a família, amigos e atividades de lazer/sociais. Apesar da normal contratualização de determinado número de horas de trabalho no SNS (40 horas por semana para 52,8% dos médicos, dividindo-se os restantes entre as 35 e as 42 horas), 25,0% referiram que ultrapassavam o seu horário de trabalho mais do que uma vez por semana ou praticamente todos os dias. Cerca de metade dos médicos ter indicado que os descansos compensatórios a que por lei teria direito não são cumpridos (46,6%) ou que desconhecem se são, ou não, cumpridos (17,1%). O impacto da duração das jornadas de trabalho no SNS não parece poder ser dissociado do facto de 39,3% dos médicos ter indicado a pressão do trabalho/exaustão como determinante na eventual decisão de saída do SNS antes da idade legal da reforma. Além disso, a redução da carga horária foi precisamente um dos aspetos referidos pelos médicos no ativo (31,2%) que os poderiam levar a protelar a transição à reforma e, assim, a saída do SNS.

Também a remuneração se revelou um aspeto relevante na avaliação da satisfação profissional dos médicos: 76,7% mostraram-se insatisfeitos, ou muito insatisfeitos, com o rendimento que auferem do seu trabalho no SNS que, para cerca de metade dos médicos, é inferior a 3000,00€ brutos mensais (46,9%).

A apreciação das oportunidades de carreira na especialidade dividiu opiniões: cerca de 28% indicou concordar e a mesma parte discordar com o facto de terem tido boas oportunidades de carreira; 23,2% não concordaram nem discordaram. Já em relação às futuras oportunidades profissionais, 62,5% indicou discordar (nalguns casos totalmente), da existência de boas perspectivas de carreira na sua especialidade médica.

Sobre a participação na tomada de decisões, os resultados obtidos indicam alguma divisão entre a satisfação e a insatisfação, com 50,1% dos médicos a mostrarem-se descontentes (somando os insatisfeitos com os muito insatisfeitos), com 19,4% para quem este era um aspeto indiferente e com 30,5% satisfeitos ou muito satisfeitos.

É na dimensão relacionamento com os colegas de profissão que os médicos no ativo no SNS se mostraram globalmente satisfeitos (76,6% mostraram-se satisfeitos ou muito satisfeitos).

Cenários de saída do SNS

Os médicos no ativo no SNS mostraram-se divididos na intenção de saírem do SNS por reforma, antecipada ou não.

A maior parte dos médicos considera sair por reforma na idade legalmente definida para o efeito, isto é, quando atingir os 66 anos (41,6%) ou os 65 anos (18,4%). É de notar, contudo, a vontade de 15,3% dos médicos de prolongarem a sua atividade até aos 70 anos, o limite máximo possível na função pública. Para 45% dos inquiridos, porém, a possibilidade de antecipar a reforma é algo que

colocam como uma possibilidade num futuro próximo.

Quanto à possibilidade de emigração para exercício da medicina fora de Portugal 66,1% afastam liminarmente essa opção, dividindo-se os restantes entre os 17,3% que não têm a certeza se considerariam esse cenário como uma possibilidade e os 17,6% que o veem como uma possibilidade.

No que diz respeito à transferência para o setor privado de saúde em Portugal, são 48,3% aqueles que afastam de forma clara esse cenário como cenário de desenvolvimento profissional futuro. Os restantes inquiridos dividem-se entre os 33,5% que não têm a certeza de essa ser uma hipótese que considerariam e os 18,2% que a vislumbram como algo que acontecerá com grande certeza.

Médicos que saíram do SNS

Caracterização socioprofissional

No caso dos médicos inquiridos que já tinham saído do SNS, uma ligeira maioria eram homens (55,1%). As médias etárias foram significativamente distintas em função do motivo de saída: cerca de 68 anos para os que optaram pela reforma, 50 anos para os que optaram pelo setor privado de saúde e 40 anos para os que decidiram emigrar.

No caso dos médicos a realizar internato a média de idade foi de aproximadamente 31 anos.

A saída dos médicos do SNS aconteceu sobretudo porque decidiram reformar-se (43,3%) ou porque optaram pelo trabalho no setor privado de saúde (36,1%). Os casos de opção pela emigração para exercer medicina no estrangeiro foram residuais (7%).

Independentemente do motivo de saída do SNS, a grande maioria dos médicos sempre trabalhou no SNS, ainda que cerca de metade, em todos os casos, não estivesse em regime de dedicação exclusiva. Entre os que optaram por sair do SNS para o setor privado, 83,6% já antes acumulavam funções no SNS e no privado. Esta proporção foi de 73,3% para os que saíram por reforma e apenas de 36,7% para os que saíram por emigração.

Um outro aspeto distintivo com base no motivo de saída do SNS é o tipo de vínculo contratual: enquanto 92,7% dos que se reformaram tinham um contrato de trabalho em funções públicas, nos restantes casos a percentagem desce para cerca de 50%. Também os que se reformaram tinham sobretudo um regime laboral semanal de 42 horas (47,9%) enquanto que entre os restantes é mais comum o regime de 35 horas para os que optaram pelo privado (41,5%) e de 40 horas para os que emigraram (59,2%).

Foi entre os médicos que saíram por reforma que se registaram mais casos de exercício de funções de chefia (52,5%). O exercício destas funções entre os restantes médicos foi muito menos expressivo: 79,8% dos que saíram para o setor privado e 98,9% dos médicos que emigraram não exerciam funções de chefia no SNS.

Dimensões da satisfação profissional

A maioria dos médicos que saíram do SNS declararam grande satisfação com o relacionamento com os colegas

quando ainda trabalhavam no SNS. Em qualquer dos cenários de saída, o somatório dos que se mostraram satisfeitos ou muito satisfeitos com aquela dimensão rondou os 70%.

Também a frequência de ações de atualização científica foi um aspeto avaliado com níveis de satisfação variável entre os três grupos: entre os médicos reformados, foram 50% os que se mostraram satisfeitos; entre os que optaram pelo setor privado apenas 40% e, finalmente, entre os médicos que emigraram apenas 30%.

No que diz respeito à dimensão progressão na carreira, de novo é identificada variação associada aos três grupos. No grupo dos que saíram por reforma, os satisfeitos ou muito satisfeitos são 56,7%, enquanto que entre aqueles que saíram para o setor privado essa proporção é de 16,6% e entre os que emigraram é de 6,1%.

Em relação aos restantes aspetos é evidente uma diferenciação entre os médicos que saíram por reforma – que se mostraram divididos entre a satisfação e a insatisfação, e os médicos que optaram pelo setor privado ou pela emigração e que, no conjunto, se mostraram sobretudo insatisfeitos com aquelas dimensões, particularmente estes últimos. No caso dos médicos que optaram pelo setor privado e dos que emigraram, a insatisfação foi particularmente evidente com a remuneração e o tempo disponível para a família. Nos dois casos, o somatório dos insatisfeitos com os muito insatisfeitos foi superior a 50%. Ainda assim, as restantes dimensões foram avaliadas negativamente, alcançando sempre percentagens de insatisfação em torno dos 50% se somadas as duas categorias. Apenas no caso da dimensão condições físicas e equipamentos se contaram cerca de 1/3 de médicos satisfeitos.

Quando é pedida uma apreciação global do SNS, o sentido das diferenças entre os grupos mantém-se alinhada como as tendências sinalizadas em cada dimensão. Entre os que saíram por reforma são 15,5% os insatisfeitos ou muito insatisfeitos, 32% os indiferentes e 47,2% os satisfeitos ou muito satisfeitos. Estas proporções para o grupo dos que saíram para o setor privado são, respetivamente, 30,2%, 28,5% e 37,6%. Para o grupo dos que saíram por emigração, as proporções são iguais a 67,4%, 16,3% e 8,1%.

Médicos a realizar o internato de especialidade médica

Foi pedido a cada inquirido, médicos a realizarem o internato de especialidade, que indicassem o seu grau de satisfação com um conjunto de dimensões relativas ao acesso ao internato. Os resultados médios, numa escala de 1 a 5, em que 5 corresponde ao nível máximo de satisfação, foram, por ordem decrescente (desvio-padrão entre parêntesis): *método de divulgação da lista de vagas de especialidade* com média de 3,24 (1,21); *método de divulgação da lista de colocados* com média de 3,16 (1,12); *locais para a escolha* com média 3,01 (1,17); *momento do ano para a escolha* com média igual a 2,98 (1,20); *período disponível para a escolha da área* com média 2,67 (1,20); e *distribuição de vagas por especialidade* com média 2,52 (1,15).

Quando inquiridos sobre a perspetiva futura de ficarem

no SNS após conclusão da especialidade médica, 42,9% declararam não saber o que vai acontecer, sendo 35,3% os que acreditam que isso irá acontecer e 18,1% os que não acreditam ficar no SNS.

Ficar na área de residência após conclusão do internato não se revelou um aspeto relevante para mais de metade dos médicos que o avaliaram como nada importante (59,0%).

Cerca de metade dos médicos internos equacionava a possibilidade de exercer medicina no estrangeiro depois de terminar o internato de especialidade (47,2%). Dos restantes, 37,1% indicou não saber se permanecerá no país e apenas 11,4% indicou que nenhum valor remuneratório o faria sair de Portugal.

DISCUSSÃO

Todos os médicos inquiridos mostraram uma estreita ligação com o SNS, não só enquanto local de formação durante o internato de especialidade como, depois, ao longo da sua trajetória profissional. Contudo, enquanto esta ligação parece mais evidente e sólida entre os médicos mais velhos, os mais jovens revelam já elevados níveis de incerteza sobre a continuidade ou não no SNS, sobretudo os que se encontram atualmente a realizar o internato de especialidade. A insatisfação com as condições atuais de exercício da medicina e a incerteza sobre as oportunidades futuras leva a que estes médicos procurem outras alternativas ao SNS. Exemplo disso é a acumulação de funções no setor privado de saúde, sobretudo entre os que optaram pela saída para exercício naquele setor. No caso dos médicos que optam por sair do SNS, as opções passam essencialmente pela reforma, antecipada, ou não, e, nos casos em que os médicos não reúnem condições para isso ou simplesmente não o pretendem fazer, pela decisão de transitar em exclusivo para o setor privado de saúde ou, então, sobretudo entre os mais novos, pela procura de novas oportunidades de exercício da medicina fora de Portugal. Nestes dois casos não está em causa a rutura com o exercício da medicina, mas sim a procura de alternativas mais satisfatórias da prática médica. Os dados obtidos revelam, de facto, que a saída do SNS não se prende com o abandono do exercício da medicina, mas sim com a procura de condições mais aliciantes e compensatórias no exercício da atividade médica. Em qualquer das situações aumenta o risco de saída de médicos no SNS e, nos casos de emigração, dos recursos disponíveis no país. A diminuição dos médicos em exercício no SNS e do potencial daqueles que o poderão integrar (no caso dos internos) terá necessariamente implicações na eficiência e sustentabilidade do SNS, bem como na qualidade dos serviços de saúde prestados.⁵ Esta situação poderá ainda implicar um maior esforço e sobrecarga dos médicos que permanecem no SNS e, por isso, potenciar situações de *burnout*, abandono e desmotivação.⁶ Estudos sobre a satisfação profissional dos médicos revelam existir uma relação entre a sua satisfação profissional e a qualidade dos serviços de saúde prestados que, contudo, carece de mais investigações e

aprofundamento.⁷

Independentemente do motivo de saída do SNS, a maioria dos médicos revelou elevados níveis de satisfação com o relacionamento com os colegas e com a frequência de ações de atualização científica. Comum à maioria dos médicos foi também a apreciação negativa de dimensões específicas do funcionamento do SNS, em concreto com o *tempo de trabalho realizado*, as *oportunidades de progressão na carreira* e a *remuneração*, ainda que com graus de descontentamento variáveis em função dos grupos considerados. Foram sobretudo os médicos mais novos e os que optaram por sair do SNS (por emigração) os que mostraram maior insatisfação, situação que se poderá justificar pelas diferentes condições de exercício da medicina e das expectativas de desenvolvimento profissional destes médicos face aos mais velhos e que tiveram oportunidades de carreira substancialmente diferentes das atuais. A dúvida sobre a progressão profissional e o receio sobre a introdução de novas alterações que possam agravar as condições de exercício da medicina são fatores propiciadores à opção pela saída do SNS e à eventual procura de opções mais motivadoras de exercício da medicina. Apesar disso, a insatisfação dos diferentes grupos de médicos com os mesmos aspetos evidencia problemas comuns. Os resultados obtidos evidenciam a importância de atuar ao nível da diminuição das jornadas de trabalho reais dos médicos no SNS (que, segundo a informação recolhida, são substancialmente superiores às contratualizadas), situação potencialmente agravada pelo não cumprimento dos períodos de descanso, o que poderá ter um duplo efeito: na diminuição da probabilidade de desgaste e mesmo exaustão dos médicos em exercício no SNS e na diminuição do risco de saída do SNS, independentemente do motivo.

Será também importante considerar a insatisfação com as oportunidades de carreira e desenvolvimento profissional, sobretudo notada entre os médicos mais jovens que revelaram baixas expectativas sobre as oportunidades de desenvolvimento profissional no SNS, a curto e a médio prazo, situação que se poderá constituir como fator preponderante na decisão de saída, sobretudo para o setor privado ou por emigração, na procura de condições mais motivadoras.

No caso da remuneração, esta mostrou-se particularmente significativa nas decisões de saída tomadas pelos médicos que optaram por trabalhar exclusivamente no setor privado de saúde ou pela emigração. De facto, os dados obtidos demonstram que estes dois cenários foram estatisticamente significantes na sua associação à insatisfação profissional, sobretudo se considerada a dimensão *remuneração*. No caso dos médicos que optaram pela emigração, também as dimensões *participação na tomada de decisão*, *carga de trabalho em horas* e *perspetivas de carreira* se mostraram significantes. Situação diferente é a verificada no caso dos médicos que optaram pela reforma cuja opção de saída não se mostrou estatisticamente significativa na associação à insatisfação profissional. Um estudo anterior mostrou que a saída dos médicos mais velhos acontece

sobretudo por discordância com o enquadramento legal de aposentação e exposição a situações de discriminação etária negativa.¹

CONCLUSÃO

Todos os médicos inquiridos mostraram uma estreita ligação com o SNS, não só enquanto local de formação durante o internato de especialidade como, depois, ao longo da sua trajetória profissional. São sinalizadas variações geracionais que remetem para as próprias dinâmicas de mudança e ajustamento do SNS ao longo das últimas décadas.

Ainda que com graus de descontentamento variáveis em função dos grupos considerados, a insatisfação dos profissionais inquiridos é com as condições materiais de exercício da profissão e com as oportunidades de progressão. No plano das relações interpessoais e da formação, a satisfação é elevada. A antecipação da reforma e a transferência para o setor privado são opções que os profissionais equacionam como estratégia para responder à insatisfação profissional. O estudo demonstra que as configurações atuais de funcionamento do SNS não diminuem o interesse

pelo exercício da medicina, mas sim motivam a procura de condições mais aliciantes e compensatórias no exercício da mesma.

PROTEÇÃO DE PESSOAS E ANIMAIS

Os autores declaram que os procedimentos seguidos estavam de acordo com os regulamentos estabelecidos pelos responsáveis da Comissão de Investigação Clínica e Ética e de acordo com a Declaração de Helsínquia da Associação Médica Mundial.

CONFIDENCIALIDADE DOS DADOS

Os autores declaram ter seguido os protocolos do seu centro de trabalho acerca da publicação de dados.

CONFLITOS DE INTERESSE

Os autores declaram não terem qualquer conflito de interesse relativamente ao presente artigo.

FONTES DE FINANCIAMENTO

Os autores declaram não ter recebido subsídios ou bolsas para a elaboração do artigo.

REFERÊNCIAS

1. Ferreira M. Sair Bem. Médicos e Enfermeiros nos Trajectos Finais das suas Vidas Profissionais. Lisboa: Coisas de Ler; 2015.
2. Fonseca A. Desenvolvimento psicológico e processos de transição/adaptação no decurso do envelhecimento. In: Paúl C, Ribeiro O, editores. Manual de Gerontologia. Lisboa: Lidel; 2012. p 95-106.
3. Munnell AH, Sass SA. Working Longer. The Solution to the Retirement Income Challenge. Washington: Brookings Institution Press; 2008.
4. Davidson JM. Retirement intentions of doctors who qualified in the United Kingdom in 1974: postal questionnaire survey. J Pub Health Med. 2001; 23: 323-8.
5. Landon BE, Reschovsky JD, Pham HH, Blumenthal D. Leaving Medicine: the consequences of physician dissatisfaction. Medical Care. 2006; 44: 234-42.
6. Aasland OG, Rosta J, Nylenna M. Healthcare reforms and job satisfaction among doctors in Norway. Scand J Public Health. 2002; 38: 25-38.
7. Franco LM, Bennett S, Kanfer R. Health sector reform and public sector health worker motivation: a conceptual framework. Soc Sci Med. 2002; 54: 1255-66.